

Sumário geral

ABREVIACÕES.....	13
PECULIARIDADES DAS FORMAS UTILIZADAS DE CITAÇÃO DE DISPOSITIVOS NORMATIVOS	19
AGRADECIMENTOS	23

Prefácio Analítico:

Dos pressupostos do direito alemão de reunião
e de sua possível introdução no Brasil

I. INTRODUÇÃO SISTEMÁTICA AO DIREITO OBJETIVO DE REUNIÃO À LUZ DO DIREITO COMPARADO ALEMÃO	29
1. Direito de reunião como direito especial de segurança pública e administrativo	29
2. Parâmetro constitucional do Art. 8 GG.....	33
a) Área de proteção do Art. 8 I GG.....	35
aa) Definição do âmbito da vida social.....	36
bb) Delimitação negativa da área de proteção: exclusão de reuniões não pacíficas e “armadas”	41
(1) Relevância jurídico-dogmática.....	41
(2) Condição apriorística da ausência de “armas”	42

(3) Condição apriorística do “caráter pacífico” da “reunião”	43
(4) Problema especial do emprego de suposta “violência psicológica”: da proteção de bloqueios por pessoas sentadas	45
cc) Alcance do direito fundamental	47
dd) Área de proteção subjetiva ou titularidade do direito fundamental	52
(1) Titularidade restrita a cidadãos alemães	52
(2) Capacidade	54
(3) Direito exercido por pessoa jurídica de direito privado	54
(4) Liberdade interna de reunião	54
b) Típicas intervenções estatais na área de proteção do Art. 8 I GG	54
c) Justificação constitucional das intervenções estatais.....	57
aa) Limites constitucionais à liberdade de reunião	57
(1) Reserva legal qualificada (aplicável apenas a reuniões “ao ar livre”) do Art. 8 II GG.....	58
(2) Reserva legal qualificada (reuniões de militares) do Art. 17a I GG?	59
(3) Direito constitucional colidente como limite de reuniões realizadas em locais fechados	60
bb) Constitucionalidade material da aplicação dos limites	61
(1) Proporcionalidade das bases legais da intervenção .	62
(2) Proporcionalidade de medidas administrativas e de sua revisão judicial	63
(3) Proibição da obrigação de notificação e a liberdade independente de permissão	66
3. Configuração legislativa do direito fundamental	67
a) Conceito e formas de reunião	69

b) Partes envolvidas na reunião	71
aa) Organizador	72
bb) Dirigente	72
cc) Participante	73
c) Sujeitos de direito	74
d) Notificação do órgão competente de segurança pública	74
aa) Dever de notificar o órgão estatal competente e sua constitucionalidade	74
bb) Procedimento	78
e) Cooperação entre órgãos estatais/polícia e organizador	79
f) Proibições	82
4. Atribuições, competências e poderes especiais dos órgãos de reunião.....	85
II. DOGMÁTICA DO DIREITO OBJETIVO DE REUNIÃO, POLÍTICA E INICIATIVA LEGISLATIVAS NO QUADRO DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DO BRASIL.....	89
1. Pressupostos normativos: interpretação do parâmetro do art. 5º, XVI CF.....	89
a) Interpretação literal-gramatical	89
aa) Titularidade	89
bb) “Pacíficamente, sem armas”	90
cc) “Em locais abertos ao público”	90
dd) “Independentemente de autorização”	91
ee) “Desde que não frustrem outra reunião convocada para o mesmo local”	92
ff) “Sendo apenas exigido prévio aviso à autoridade competente”	92
b) Interpretação sistemática ou contextual.....	92
aa) Exclusão a priori de reuniões não pacíficas e “com armas”	92
bb) Fronteira do sentido da palavra	93

cc) Reservas legais implícitas: não frustração “de outra reunião”, “prévio aviso” e direito constitucional colidente...	95
c) Ambivalência de uma lei de reunião: configuração e limite da liberdade de reunião.....	96
2. Pressupostos político-legislativos.....	97
a) Argumentos contrário à necessidade/conveniência político-legislativa de uma lei de reunião no Brasil	97
b) Debate e refutação dos argumentos contrários	98
3. Iniciativa legislativa e conveniência de emenda constitucional	100
III. CONCLUSÃO	104
BIBLIOGRAFIA UTILIZADA NO PREFÁCIO.....	107

Anteprojeto-Modelo de uma Lei de Reunião *(ME-VersG)*

Introdução	117
------------------	-----

Texto da Lei

Panorama

I. Disposições gerais	125
II. Reuniões ao ar livre	127
III. Reuniões em espaços fechados	132
IV. Delitos penais, delitos administrativos, confisco, custas, indenização e compensação de dano	135
V. Disposições finais	137

Texto da Lei com Fundamentações

I. Disposições gerais	139
§ 1 Liberdade de reunião	139
§ 2 Conceito de reunião pública	141
§ 3 Tarefa de proteção e cooperação	144
§ 4 Organização de uma reunião	148
§ 5 Direção da reunião	150

§ 6 Poderes da direção de reunião.....	153
§ 7 Proibição de perturbação	155
§ 8 Proibição de armas	157
§ 9 Aplicabilidade do direito policial.....	159
II. Reuniões ao ar livre	163
§ 10 Anúncio	163
§ 11 Isenção de permissão	167
§ 12 Direitos de recusa pelo órgão competente	170
§ 13 Restrições, proibição, dissolução	171
§ 14 Proibição de participação ou presença e exclusão de pessoas	178
§ 15 Postos de controle	179
§ 16 Captações e registros de imagem e som.....	182
§ 17 Proibição do uso de máscara e de equipamentos de proteção	188
§ 18 Proibição de militância	192
§ 19 Lugares e datas simbólicos	194
§ 20 Proteção do Parlamento Estadual.....	198
§ 21 Áreas de tráfego público em propriedade privada.....	201
III. Reuniões em espaços fechados.....	208
§ 22 Convite	208
§ 23 Restrições, proibição, dissolução	210
§ 24 Proibição de participação ou presença e exclusão de pessoas	216
§ 25 Postos de controle	217
§ 26 Captações e registros de imagem e som.....	218
IV. Delitos penais, delitos administrativos, confisco, custas, indenização e compensação de dano	222
§ 27 Delitos penais	222
§ 28 Delitos administrativos	224
§ 29 Confisco.....	231

§ 30 Custas.....	231
§ 31 Indenização e compensação por danos.....	233
V. Disposições finais	234
§ 32 Restrição a direitos fundamentais.....	234
Résumés dos componentes do Grupo de Trabalho Direito de Reunião / do Colaborador e do Tradutor/Organizador da edição em língua portuguesa	237